

ESPECIARIA

Cadernos de Ciências Humanas,
v. 23, ano 2026 | ISSN: 2675-5432
Editor-chefe: **Dr. Ademar Bogo**

Ocupações pregressas e morfologia territorial da vila atlântica de São Jorge dos Ilhéus (Bahia, Brasil): do período pré-colonial ao século XVII

Marcelo Henrique Dias

Professor Pleno do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESC.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1996-4956>

Ronaldo Lima Gomes

Professor Pleno do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais da UESC.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2838-7553>

Walter Fagundes Morales

Professor Titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESC.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4416-1493>



Recebido em: 11/11/2025
Aprovado em: 09/03/2026
Publicado em: 28/08/2026

Declaração de uso da inteligência artificial

Durante a redação deste artigo, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial, como DeepSeek, exclusivamente para aprimorar aspectos linguísticos. Nenhum conteúdo ou referência foi gerado por essas ferramentas. Todas as ideias, análises e interpretações são de autoria dos(as) pesquisadores(as), que assumem integral responsabilidade pelo conteúdo. Esta prática está em conformidade com os princípios de integridade acadêmica e das boas práticas editoriais.

Ocupações pregressas e morfologia territorial da vila atlântica de São Jorge dos Ilhéus (Bahia, Brasil): do período pré-colonial ao século XVII

Marcelo Henrique Dias¹
Ronaldo Lima Gomes²
Walter Fagundes Morales³

¹ Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, é mestre em História Ibero-Americana pela Unisinos e doutor em História Social Moderna pela Universidade Federal Fluminense. Fez estágio pós-doutoral no Instituto de Ciências Sociais / Instituto Universitário de Lisboa. Atualmente é Professor Pleno da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, Ilhéus-BA), pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia (NEPAB) e coordenador do Centro de Documentação Histórica e Memória Regional (CEDOC-UESC). Integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da UESC (Mestrado em História) e é membro do Comitê Científico da UESC. Ocupa a cadeira n. 34 da Academia de Letras de Ilhéus.

² Possui graduação em Geologia pela Universidade Federal da Bahia, mestrado e doutorado em Geotecnia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Pleno da Universidade Estadual de Santa Cruz onde desenvolve atividades de ensino em cursos de graduação e pós-graduação, pesquisa nas áreas de geociências e meio ambiente, e atividades de extensão associadas a divulgação científica.

³ Possui graduação em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (1993), mestrado (2000) e doutorado (2005) em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). É professor Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia (NEPAB/UESC) e participa do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da UESC (Mestrado em História).

Resumo

Por meio de prospecções arqueológicas e informações documentais foi possível localizar mais de três dezenas de sítios arqueológicos do período pré-colonial e do Brasil Colônia e discutir as opções e os elementos culturais, econômicos, ambientais e paisagísticos como fatores que orientaram a implantação dos assentamentos ancestrais e das antigas sesmarias, engenhos, fortificações, caminhos de acesso, portos e aldeamentos indígenas da vila colonial de São Jorge dos Ilhéus. Esses dados, aplicados ao Sistema de Informações Geográficas (SIG), permitiram-nos localizar, identificar e caracterizar diversos tipos de assentamentos erguidos desde tempos ancestrais até a primeira metade do século XVII. Ao estabelecer uma linha de continuidade entre as ocupações territoriais pregressas e os primeiros sítios da ocupação e da conquista colonial na vila sede da capitania de Ilhéus, ponderamos a respeito da simbiose/conflito entre colonizadores e preexistências nativas, revelando paisagens híbridas e apontando as ações dos povos originários como um dos principais fatores explicativos da morfologia que se configurou no processo de formação territorial e urbana da vila atlântica de São Jorge dos Ilhéus, nos seus primeiros 150 anos de implementação.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; História; SIG; Bahia; paisagem; ocupação e uso do solo; urbanização.

Abstract

Through archaeological surveys and documentary information, it was possible to locate more than three dozen archaeological sites from the pre-colonial period and colonial Brazil, and to discuss the options and cultural, economic, environmental, and landscape elements as factors that guided the establishment of ancestral settlements and the old land grants, sugar mills,

fortifications, access roads, ports, and indigenous villages of the colonial town of São Jorge dos Ilhéus. These data, applied to Geographic Information Systems (GIS), allowed us to locate, identify, and characterize various types of settlements built by ancestral times until the first half of the 17th century. By establishing a line of continuity between previous territorial occupations and the first sites of colonial occupation and conquest in the main town of the captaincy of Ilhéus, we consider the symbiosis/conflict between colonizers and native pre-existences, revealing hybrid landscapes and pointing to the actions of the original peoples as one of the main explanatory factors of the morphology that was configured in the territorial and urban formation process of the Atlantic town of São Jorge dos Ilhéus, in its first 150 years of implementation.

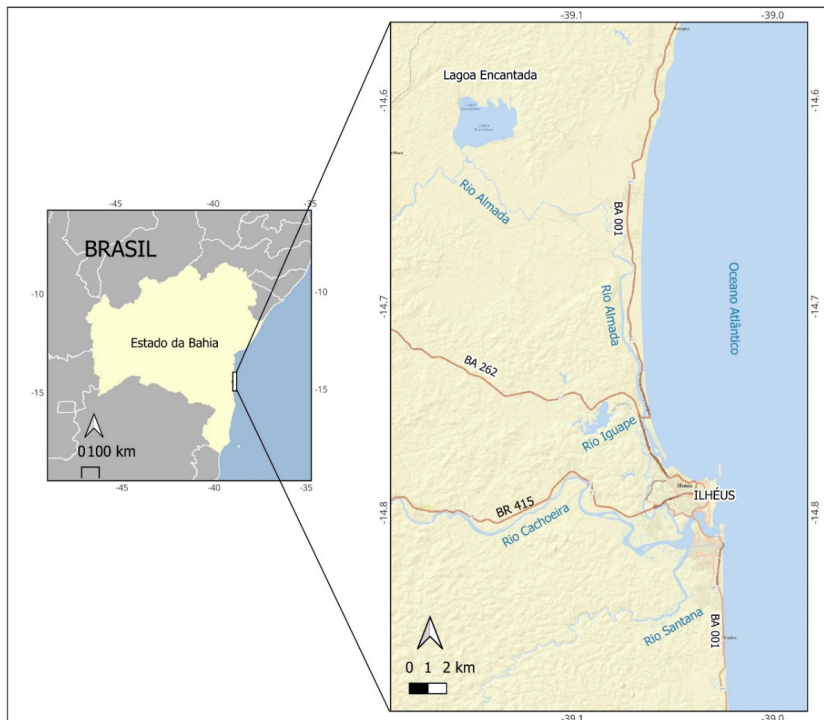
KEYWORDS: Archaeology; History; GIS; Bahia; landscape; land occupation and use; urbanization.

Introdução

O município de Ilhéus está situado na região Sul do estado da Bahia (Brasil), num território compreendido pela antiga vila de São Jorge dos Ilhéus, sede da capitania homônima constituída na primeira metade do século XVI. O empreendimento colonial em terras ilheenses teve início com a exploração do pau-brasil, a lavoura de subsistência e a produção de açúcar, atividades econômicas baseadas na exploração da mão de obra indígena nativa dessas terras (Dias, 2011; Dias, 2016; Dias, 2019).

No período colonial, houve uma lógica envolvida no processo de ocupação e uso do solo, assim como o havia entre os povos que habitavam a área em período pré-colonial. O objetivo desta pesquisa é capturar o processo de estabelecimento dos primeiros assentamentos coloniais para identificar e verificar, inclusive, as possibilidades de correlações espaciais destes com possíveis articulações com sistemas de assentamentos pré-coloniais.

Figura 1- Localização atual do território da antiga vila de Ilhéus



Fonte: elaboração própria

Os modelos explicativos que tratam da ocupação espacial europeia tendem a ignorar a importância dos povos originários neste processo, uma vez que perspectivas teleológicas reforçam apenas um permanente status enquanto vítimas (Ramalho *et al.*, 2020). Os resultados desta pesquisa, contrariamente, sugerem que a morfologia da ocupação colonial na vila de Ilhéus foi irradiada a partir das experiências nativas, seja pela localização das suas ocupações pregressas à chegada dos europeus, seja pelas diversas formas de interações que os grupos indígenas estabeleceram com os colonizadores.

A investigação dos processos de organização e uso do espaço e, como consequência, da construção e transformação das paisagens se beneficia, neste caso, dos conhecimentos da Arqueologia, da História e do SIG (Sistema

de Informações Geográficas), na medida em que permite, para além da localização dos assentamentos, articular e mapear em uma base cartográfica atual as informações históricas documentais (textuais e iconográficas) e arqueológicas, possibilitando a sobreposição de dados em uma perspectiva diacrônica e de longa duração.

Tal metodologia permite a observação, no tempo e no espaço, da orientação geográfica e topográfica dos processos de ocupação e utilização do solo e dos recursos naturais, dentre outros fatores que podem ter influenciado a configuração de diferentes tecno-ambientes e suas redes e sistemas de relação espacial, movimentos e percepção do ambiente. Assim procedendo, procura-se entender a lógica de ocupação desses ambientes pelas populações desde tempos pré-coloniais, inserindo tanto critérios econômicos quanto a existência de um sentido simbólico no uso e organização desses espaços.

A representação da espacialização dos pontos pré-coloniais e coloniais na área em estudo foi realizada em ambiente de Sistema de Informações Geográficas, mais precisamente com a utilização do software QGIS (Quantum GIS). O QGIS é um programa robusto, gratuito e de código aberto bastante utilizado em diversas áreas do conhecimento. Com a sua utilização, tornou-se possível agregar planos de informações da base cartográfica (relevo e dados planimétricos como rodovias e manchas de ocupação atual) com dados provenientes da localização dos sítios arqueológicos e dos registros históricos coloniais.

1 Grupos humanos pré-coloniais e seus assentamentos nas bacias dos rios do Engenho (antigo Santana), Cachoeira, Fundão e Almada

Este trabalho fundamenta-se nos horizontes de ocupação pré-colonial identificados pelas prospecções de Barbosa (2000; 2003), Morales e Barbosa (2012) e Morales, Dias e Gomes (2015), além das contribuições acadêmicas

do NEPAB/UESC (Luz, 2006; Pinho, 2011; Brito, 2013; Araújo, 2013; Santos, 2014; Ramos, 2016).⁴ O objetivo é analisar a evolução territorial e as interações socioambientais que produziram configurações espaciais cumulativas e parcialmente coincidentes ao longo do tempo.

A partir dos sítios identificados no território de Ilhéus, é possível afirmar que a região foi palco de pelo menos quatro amplos horizontes de ocupação humana. A mais recente é a ocupação histórica, antes da qual estão duas ocupações de sociedades sedentárias e agricultoras pré-coloniais, conhecidas na literatura arqueológica como Tradição Tupiguarani e Tradição Aratu e, por fim, o quarto e mais antigo horizonte, aquele associado aos grupos de caçadores e coletores.

Pelo menos 500 anos antes da chegada dos portugueses, nosso litoral já era dominado pelas sociedades Tupi, que elegeram justamente os lagamares para seu habitat. Existem dois tipos básicos de morfologia de sítio encontrados nos assentamentos relacionados aos grupos portadores da Tradição Tupiguarani na região de Ilhéus. Os sítios podem ser constituídos por diversas concentrações de vestígios arqueológicos, com formato alongado ou circular, ou ainda por uma única grande concentração de material.

Os sítios de maior porte, isto é, as grandes aldeias, são muitas vezes compostos por diversas unidades habitacionais dispostas em formato circular ou compondo uma forma mais alongada. A implantação desses sítios maiores acontece em áreas de boa visibilidade, em pontos mais elevados da paisagem, quase sempre nos altos das falésias junto ao mar, próximos aos rios navegáveis Cachoeira, Fundão, Almada e Engenho (antigo Santana), que, além de servirem para a navegação, forneciam água potável e pescados para os moradores.

⁴ NEPAB - Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia.

Os sítios menores não apresentam tamanha padronização, embora haja algumas recorrências na forma de implantação. Eles quase sempre estão em áreas de topo de falésia próximas aos maiores cursos d'água. Neste primeiro momento das pesquisas, sugerimos serem estes sítios assentamentos satélites, de atividades específicas ligadas às grandes aldeias. A área de dispersão dos vestígios arqueológicos varia consideravelmente. Nos assentamentos de menor porte, eles podem ter entre 1.000 e 3.000 m² e nas grandes aldeias cerca de 10.000 m². Além disso, é comum encontrarmos sepultamentos em urnas nestes sítios.

Já os povos Aratu não estão associados a um grupo étnico específico e sim a um tipo de vestígio arqueológico, cujas características tecnotipológicas foram agregadas e denominadas como “Tradição Aratu”. Inicialmente identificada por Calderón (1969; 1971; 1974) na faixa litorânea da Bahia, esta tradição foi encontrada até agora em vários outros estados brasileiros: Bahia, Goiás, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Tocantins, Maranhão, Piauí e no trecho norte de São Paulo (Morales, 2005; Morales, 2008).

Apesar dessa vasta distribuição geográfica e da existência de variações regionais, de uma maneira geral, seus assentamentos assumem uma grande semelhança em alguns de seus aspectos constitutivos: localização a céu aberto, grande extensão, presença de várias concentrações de material, morfologia circular ou elíptica e indústria cerâmica com características bastante uniformes (Wust, 1983; Morales, 2005; Morales, 2008).

Na região de Ilhéus, a implantação dos sítios de maior porte da Tradição Aratu é semelhante à das populações Tupiguarani: as áreas planas no alto dos topos das falésias, sempre próximas aos rios e com uma visibilidade plena de longos trechos da costa. Nesses sítios, que se acredita serem locais de habitação, são encontrados vestígios espalhados por uma extensão entre 100 m e quase 300 m de diâmetro.

Assentamentos menores foram localizados nas partes mais interioranas, a cerca de três ou quatro quilômetros do mar, junto aos rios Cachoeira, Almada e Fundão, em pequenas colinas de vertentes suaves. Tanto nas aldeias de maior porte quanto nas menores, existem restos de urnas funerárias. Dentro desta tradição, as datações vão do século IX da era cristã ao período do desembarque dos europeus nas costas brasileiras, sem definição clara de associação etnográfica.

Por último, também estão presentes na região de Ilhéus as ocupações de povos caçadores e coletores, que têm nas pedras lascadas a principal evidência arqueológica. No que se refere às indústrias arqueológicas que podem ser associadas a essas populações, ainda não obtivemos evidências seguras para datação. As análises dessas indústrias são semelhantes na tecnotipologia dos artefatos e na utilização do quartzo como principal matéria-prima. O suporte para o lascamento são as lascas, e o córtex é quase sempre retirado em sua totalidade. Esses vestígios lascados foram coletados ao longo das barrancas do rio Almada, em trechos mais interioranos, nas proximidades da grande lagoa do Taípe, atualmente conhecida como Lagoa Encantada.

Os Tupiguarani, como atestam as fontes históricas existentes, testemunharam a chegada dos primeiros europeus na região. Já os grupos associados à Tradição Aratu, segundo ocupação indígena da região costeira da Bahia, estavam por aqui antes dos povos Tupiguarani e, provavelmente, tiveram contato direto com eles. Por fim, temos diversos horizontes de ocupação de grupos caçadores e coletores que por aqui viveram em datas recuadas, ainda incertas na zona costeira, mas cujos vestígios se expressam na forma do material lascado que foi produzido, utilizado e descartado ao longo das margens dos rios Almada, Engenho, Cachoeira e Fundão ou nas falésias junto ao litoral de Ilhéus.

Como resultado, a análise da disposição dos sítios arqueológicos identificados revelou que, apesar de esses apresentarem uma distribuição relativamente uniforme

ao longo da costa, existem áreas com nítidas variações no adensamento de sítios, situação que nos permite avançar na discussão dos motivos culturais e/ou ambientais para essa implantação na paisagem.

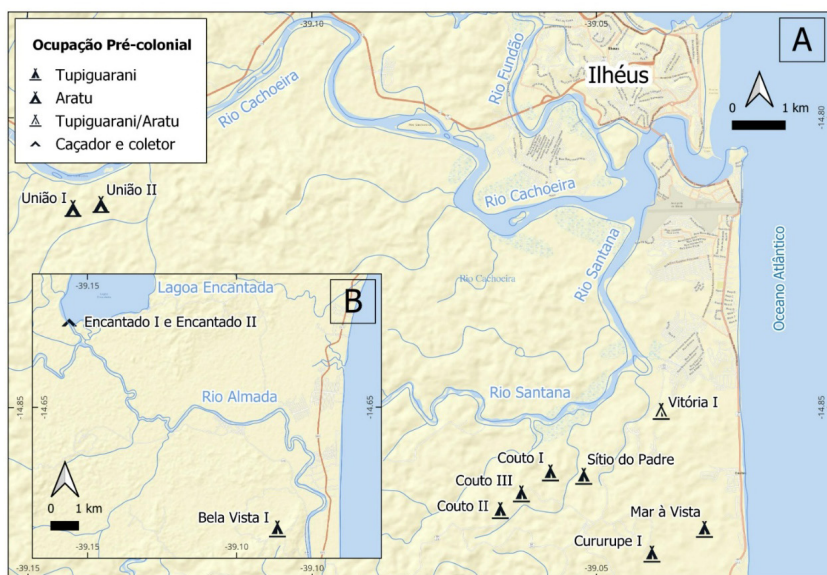
Um dos motivos dessa concentração de sítios está ligado, sem sombra de dúvida, à disponibilidade de recursos alimentares diversificados e abundantes em zonas de estuário entrecortadas por mangues, pois esse tipo de ecossistema oferece a proteção para uma significativa quantidade de peixes e crustáceos em suas diversas fases de crescimento ou reprodução. Há de se destacar que esses ambientes foram, antes da chegada dos europeus, ecossistemas muito mais ricos e diversificados do que agora. As áreas ocupadas pelos manguezais eram mais amplas e, dependendo da época, abrigavam antigos campos dunares hoje recobertos por extensas faixas de Mata Atlântica.

Acredita-se, pois, que as características ambientais e paisagísticas das fozes dos rios Cachoeira e Almada serviram como polo de atração natural para os povos que habitavam essa região costeira desde pelo menos 3.000 anos atrás. Se, por um lado, essa bacia serviu como um caminho natural e bem delimitado de circulação entre o interior e o litoral (sentido oeste-leste), por outro, seria um ponto de atração e parada das populações ancestrais para a captação de recursos, ponto de significado estratégico para a sobrevivência, hipótese atestada tanto pela significativa quantidade de sítios arqueológicos localizados, quanto pela densidade desses assentamentos.

No caso dos assentamentos da Tradição Aratu, sua implantação se deu, em grande medida, nas partes altas das falésias, em setores próximos dos grandes rios que cortam a região. Esses pontos de excelente visibilidade e planos foram alvos preferenciais de ocupação dessas populações em tempos pré-coloniais. Além dessas áreas mais próximas ao mar, acampamentos menores estavam presentes em terrenos mais interioranos, colinares, nas proximidades do rio Cachoeira.

No tocante à ocupação Tupiguarani, posterior à da Tradição Aratu, vários sítios arqueológicos associados foram mapeados nos mesmos locais – os altos das falésias e em trechos com excelente visibilidade do oceano. A mesma implantação preferencial para ambas as ocupações pode indicar desde uma coincidência na forma de assentamento desses povos até a possibilidade de um contato entre eles que teria acarretado uma continuidade na forma de utilizar o ambiente.

Figura 2- Assentamentos pré-coloniais



Fonte: elaboração própria

2 Assentamentos coloniais (séculos XVI-XVII)

Na presente investigação, temos em vista um objeto comum à Arqueologia, à História e à Geografia, pois diz respeito ao processo de ocupação e uso do solo, à sua lógica e, por conseguinte, à transformação da paisagem no tempo. Diante disso, em primeiro lugar, é preciso, do

ponto de vista da intervenção do historiador, estar atento à necessária materialidade que envolve a experiência das sociedades no tempo e à dimensão da cultura material como “produto e vetor de relações sociais” (Meneses, 1983, p. 113).

No caso em foco, revestem-se de especial atenção o meio físico e as estruturas de habitação, produção e circulação que foram sendo criadas a partir da chegada dos colonizadores europeus, as quais se confrontam com os sistemas de assentamento pré-coloniais. Analisa-se em que medida os sistemas ancestrais influenciaram o processo de ocupação colonial, haja vista a absoluta dependência que se impunha aos colonizadores de mão de obra, mas também de recursos naturais igualmente comuns à vida cotidiana dos indígenas, como cursos d’água, madeiras de construção, piaçava e recursos minerais, além das estratégias de defesa que confluíam para a ocupação de locais com boa visibilidade, dentre outras exigências topográficas (Gianesella, 2012).

Nesse intuito, mostra-se fecundo o recurso ao conceito braudeliano de longa duração (Braudel, 1978), pois ele nos permite escapar da armadilha explicativa que reduz a configuração territorial da vila colonial de Ilhéus a uma simples imposição exógena de modelos urbanísticos e econômicos portugueses. Ao deslocar o foco do evento fundador - a chegada do colonizador - para as estruturas materiais e ambientais de permanência, evidencia-se que o território colonial se inscreveu sobre uma base preexistente, cujas lógicas de ocupação, uso dos recursos e adaptação à topografia foram forjadas por sucessivas experiências humanas ao longo de séculos anteriores à invasão europeia.

Nosso primeiro passo é o de identificar, selecionar e analisar a cartografia e os testemunhos de autoridades, jesuítas e demais agentes que descreveram a vila de São Jorge de Ilhéus e seu entorno, entre os séculos XVI e XVII. Em relação às fontes textuais, existe uma gama de testemunhos que vem sendo explorada por memorialistas

e historiadores desde o século XIX, na qual se incluem os documentos que fundam a capitania de Jorge de Figueiredo - a carta de doação e o foral -, os testemunhos dos primeiros jesuítas que missionaram na vila desde a década de 1550 e os dos cronistas que deixaram notícias sobre a vila de Ilhéus nos seus primórdios, a exemplo de Gabriel Soares de Souza (1987), Gandavo (1939) e F. Car-dim (1924), dentre outros.

Ainda existe muita imprecisão sobre o momento da fundação da vila, sendo mais provável que tenha sido estabelecida entre 1535 e 1536, no alto do Outeiro de São Sebastião (antigo Santo Antônio), obedecendo ao imperativo da defesa. Os engenhos, por sua vez, começaram a ser construídos entre 1546 e 1548, após a posse da água do rio Santana (atual rio do Engenho), onde se instalaria o primeiro engenho, pertencente a Mem de Sá (Coelho Filho, 2000; Campos, 2006; Lopes, 2023).

Nos primeiros mapas do século XVI, como o de Canério, de 1504, e o de Martino Waldseemuller, de 1516 (Leite, 1923, p. 430), encontramos o topônimo “Rio de Santa Helena” para identificar o rio que, pouco depois, aparecerá com o nome de “Rio de Santana”. Ele será assim denominado no Atlas Miller de 1519, de Lopo Homem-Reinéis (Guedes, 1999, p. 22-23), e no Atlas Universal, atribuído a Gaspar Viegas, de 1536 (Guerreiro, 1999, p. 125). Essa denominação se repetirá em outros mapas datados até a década de 1560 e, somente no Atlas de Lázaro Luís, de 1563, aparece a denominação “Rio dos Ilhéus”, com a representação de três ilhas logo à frente do referido rio (Guedes, 1999, p. 30). Tal fato sugere que o rio de Santana particularmente - dentre os demais que compunham o delta que seria denominado “Rio dos Ilhéus” no século XVI (rios Cachoeira e Fundão) - teria concentrado as primeiras ações de contato, aliança e escambo entre os colonizadores e os nativos locais.

A situação topográfica daquele rio o converte em um verdadeiro nicho ecológico, que desde tempos imemoriais atraiu populações humanas. A uma distância de

pouco mais de 10 km da sua foz oceânica, o rio encontra um travessão, que limita ali a expansão da água do mar que entra com a maré e favorece assim a profusão de espécies que se reproduzem em água salobra, como mariscos, caranguejos, ostras, pitus etc.

Em seu entorno, distribui-se uma zona de tabuleiros de baixa altitude próximos ao oceano, o que estimula as precipitações nas encostas voltadas para o mar, ao mesmo tempo em que cria áreas mais secas naquelas voltadas para o interior. Essa dinâmica favorece o estabelecimento de florestas com características semidecíduas ou decíduas. Nessas encostas, onde o solo é mais drenado, tanto as lavouras nativas como os canaviais dos colonizadores encontraram ambiente propício. O movimento da água de maré também facilitava a navegação das canoas, fazendo daquele travessão um porto natural com caminho de passagem, uma área de pesca e mariscagem, enfim, um lugar de vivência. Nossas prospecções arqueológicas localizaram seis sítios Tupiguarani nos tabuleiros entre o litoral e o travessão do rio do Engenho (Morales, Dias e Gomes, 2015) (figura 2).

A geografia fluvial também favoreceu a situação do sítio “dos Ilhéus” para o estabelecimento da vila quinhentista, de modo a corresponder aos desígnios do comércio atlântico e da colonização. Além do rio de Santana (do Engenho), o entorno da vila compreendia ainda os rios Esperança (atual Fundão ou Itacanoeira) e Taípe (atual Almada). Nestes, foram instalados o engenho Esperança (de Fernão Álvares), o de São Francisco (de Domingos da Fonseca Saraiva) e o de Lucas Giraldes (posteriormente chamado de engenho de Taípe). Outro importante rio, o Cachoeira, de leito assaz pedregoso, razão de seu topônimo, foi preterido pelos colonizadores nessa primeira fase de ocupação.

Temos, portanto, os primeiros contornos territoriais da ocupação colonial na vila de Ilhéus e seu entorno: a vila, estabelecida no alto da colina de Santo Antônio (atu-

al Oiteiro de São Sebastião), à beira-mar, tendo aos pés um porto natural e defensável, com uma ampla visibilidade para terra e mar. Nas imediações, matas de ocorrência de pau-brasil, rios navegáveis, pescarias e engenhos. Somam-se a essas características geográficas a uma população Tupi disposta a barganhar com os portugueses. Os europeus, afinal, eram mercadores de ferramentas e armamentos que transformariam definitivamente a dinâmica da produção e da guerra entre os povos originários.

As atividades econômicas que sustentaram os primórdios da ocupação colonial na vila de São Jorge – exploração do pau-brasil, lavoura de subsistência, pesca e produção de açúcar – exigiam a intensa colaboração dos nativos. Eles foram indispensáveis como mão de obra e na defesa da vila e dos colonos em relação a outros povos, como os tapuias, denominados aimorés pelos colonizadores. É, portanto, na condição de aliados que devemos entender a relação dos Tupiniquim com os colonos nos primórdios da vila de Ilhéus, o que não exclui os conflitos ocasionados pela dinâmica de tensão que se impunham pelos interesses nem sempre convergentes dos colonizadores e dos indígenas.

Um sistema de barganha, por conseguinte, orientou uma nova organização territorial, com o estabelecimento de aldeias nas proximidades dos engenhos, principais estabelecimentos produtivos. Em 1549, conforme a declaração do donatário, os Tupiniquim já tinham “assentadas suas estâncias e fronteiras de guerra duas léguas pouco mais ou menos da dita baía de São Jorge dentro das terras de Lucas Giraldes” (Coelho Filho, 2000, p. 186). Estavam ali, próximos do estabelecimento colonial, garantindo a segurança do empreendimento, ao tempo em que obtinham dos colonos os instrumentos que os fortaleciam, dando os inimigos capturados pelo resgate.⁵

⁵ Nobrega assegurava, em 1550, que os indígenas de Ilhéus e Porto Seguro não se vendiam aos colonos, mas estes, “os cristãos”, lhes ensinavam que “aos do sertão, que vinham a fazer sal ao mar, os

Esta aliança esteve, porém, envolta em tensões e na violência que são inerentes ao colonialismo escravista. Uma luta aberta entre as autoridades coloniais e os indígenas Tupiniquim ocorreu em 1559, no contexto do episódio que figura na história como a “Batalha dos Nadores”. Sob a pressão do cerco que os nativos teriam imposto aos colonos da vila de São Jorge, o então governador-geral Mem de Sá seguiu da capital para a vila, acompanhado de guerreiros Tupinambá, habitantes das cercanias de Salvador. Derrotados, os Tupiniquim não poderiam, dali por diante, fazer guerra a outros povos sem a autorização do governador e passariam a viver em grandes aldeias “à maneira dos civilizados”, à sombra dos padres da Companhia de Jesus (Campos, 2006, p. 89).

As informações das fontes textuais que nos permitem a formulação de representações do território encontram correspondências na cartografia que retrata a vila, produzida entre as últimas décadas do século XVI e as primeiras do XVII. No mapa mais antigo, produzido por volta de 1590, a toponímia ainda preserva a nomenclatura nativa para alguns rios (Figura 3). Dentre os assentamentos coloniais, além da vila propriamente dita, inclui-se o engenho de Lucas Giraldes. Próximo a este, o desenho de um edifício rústico com um nome indígena – Tucanagoura – parece indicar uma aldeia, possivelmente no mesmo local referido pelo primeiro donatário como as “fronteiras de guerra” estabelecidas pelos Tupiniquim, “nas terras de Lucas Giraldes”. Na ponta sul da baía do Pontal, uma igreja indica o provável local do primeiro aldeamento jesuítico, formado, intui-se, pela imposição de Mem de Sá. Aparece também o porto de Tambepe, entre a vila e a

salteassem e vendessem” (CAMPOS, 2006, p. 89, nota 162). Em 1562, quando os inácianos começaram a missionar nos territórios do norte da capitania de Ilhéus, o padre Leonardo do Vale informou seus superiores sobre os indígenas da baía de Camamu, que pediam proteção dos jesuítas por estarem sendo perseguidos pelos Tupiniquim de Ilhéus (idem, p. 101, nota 205).

barra do Taípe, assim como a ponta do Oleiro, junto à entrada do rio Fundão (nomeado de rio Cooqua). ⁶

Figura 3- Mapa de Luís Teixeira, 1590



Fonte: Guedes, 1968, p. 39.

Entre as décadas de 1610 e 1630, outros mapas foram elaborados pelo cartógrafo João Teixeira de Albernaz, a partir de informações de Diogo de Campos Moreno, o sargento-mor que esteve na vila em 1610 para resolver

⁶ Trata-se de um mapa do cartógrafo português Luís Teixeira, incluído na sua obra “Roteiro de todos os sinaes conhecidos baixos, alturas, derrotas que ha na costa do Brasil desdo cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães”, códice da Biblioteca da Ajuda, cota 51-IV-38 (apud GUEDES, 1968, p. 39).

pendências com a Câmara de Ilhéus sobre o comércio de pau-brasil (Dias, 1951).

Um deles (Figura 4) estampa a vila e seus arredores, onde se destacam a Aldeia dos Índios dos Padres, ao sul da baía do Pontal, certamente a mesma indicada por Luís Teixeira, e os quatro engenhos que loteavam as águas dos rios que enramavam do “Rio dos Ilhéus” (atual baía do Pontal). Indicam-se também a ermida de Nossa Senhora da Vitória e a Lagoa de Taípe (atual Lagoa Encantada).

No mesmo mapa, próximo à margem meridional do rio Cachoeira, é assinalado um outro assentamento, não muito longe do engenho de Santana. Trata-se do Posto de Maria Jape, que outra fonte de caráter textual identifica como sendo um lugar de instalação de aldeias de populações indígenas descidas do sertão do Orobó, assim como da nação Potiguar, ambos empregados para a defesa e como mão de obra do engenho de Santana.⁷

No referido documento, por vezes o nome aparece como “Maiaiape”, o que sugere que a forma “Maria Jape” pode ser um aportuguesamento do nome nativo, difícil de pronunciar pelos colonizadores. Esse lugar era chamado de posto por se constituir numa espécie de fronteira, posto avançado de sentinela, onde se estabelecia uma trincheira, um lugar estratégico, portanto, para a defesa do engenho.⁸

Outros povos nativos teriam sido agrupados ao assentamento de Maria Jape, presume-se, por volta de 1603, a exemplo de um grupo Aimoré “pacificado” pelo jesuíta Domingos Rodrigues.⁹ Ao final daquele ano, haveria duas

⁷ A fonte é: *Instrumento com o tratado de uma petição e justificação de testemunhas para se provar um levantamento do gentio no engenho de Santana dos Ilhéus, 18/11/1603*. ANTT Cartório Jesuítico, maço 16, n. 4.

⁸ Ver dicionário de Raphael Bluteau, 1728: *Brasiliana Digital*: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/posto>. (último acesso em 09/09/2025)

⁹ *Relaçam annual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesus nas partes da India Oriental, & no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guine, nos annos de seiscentos & dous & sescentos & tres, & do processo da conuersam, & christandade daquellas partes, tirade*

aldeias dos Aimoré, uma com 1.200 e outra com 400 almas. A presença do Posto de Maria Jape nos mapas de Albernaz atesta sua permanência pelas décadas vindouras.

Figura 4 - Fragmento do mapa de Albernaz (1620)



Fonte: Capitania de Ilhéus, João Teixeira de Albernaz, O Velho (1602-1666), apud Imagens da Formação Territorial Brasileira. Pesquisa, textos e seleção cartográfica de Isa Adonias; fotografias e organização de Bruno Furrer. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 196.

Na outra fronteira da vila, próximo aos engenhos de Taípe, São Francisco e Esperança, ainda existia, em 1603, a velha aldeia Tupi, estabelecida antes de 1549, na então sesmaria de Lucas Giraldes, estampada no mapa de Luís Teixeira com o nome de Tucanagoura (Figura 1). Após um levante dos “índios forros” do engenho de Santana, assentados no posto de Maria Jape, o feitor teria conseguido,

das cartas dos mesmos padres que de lá vieram. http://books.google.com.br/books/about/Rela%C3%A7am_annal_das_cousas_que_fizeram_os.html?id=XrHYPbsQayQC&redir_esc=y (último acesso em 09/09/2025)

junto ao capitão-mor, a ordem de “Ihe darem certos índios que estavam em uma aldeiazinha em um lugar que chamaram Toqua na guera”.¹⁰

Importante destacar que o lugar da referida aldeia se configurava como um ponto estratégico de conexão entre o rio Taípe (atual Almada), próximo da sua foz, e o rio Esperança (atual Fundão ou Itacanoeira). Naquele local, ambos os rios se aproximam de modo a facilitar o trânsito entre eles, situação que viabilizava a circulação fluvial por um amplo território entre a lagoa do Taípe (Encantada), ao norte, e o rio de Santana (rio do Engenho, ao sul), já que a foz do Taípe, pela quebra das ondas, era impraticável para a navegação à vela. Por essa razão, toda a produção dos estabelecimentos agrícolas implantados nas margens férteis do rio Taípe (Almada) tinha que percorrer o trajeto do estreito, de modo a seguir pelo rio Esperança (Fundão) até a baía do Pontal, onde as mercadorias seriam taxadas na alfândega. Pelo que se afigura no mapa em questão, havia um pequeno afluente que nascia no rio Taípe (Almada), mas não alcançava o Esperança (Fundão), o que demandaria o trabalho dos escravizados para vencer o estreito por baldeação das mercadorias. Na Figura 4, vê-se assinado naquele local o “Paço de Camurupins”.¹¹

¹⁰ *Instrumento com o tratado de uma petição e justificação de testemunhas para se provar um levantamento do gentio no engenho de Santana dos Ilhéus, 18/11/1603*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Cartório Jesuítico, maço 16, n. 4.

¹¹ Uma definição de “passo” enquanto caminho: “entrada aberta que dá passagem; espaço por onde alguém há de sair, entrar, passar porto em terra” (SILVA, Antônio M. *Dicionário da língua portuguesa*: recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, vol. 2, p. 498). Em meados do século XIX, já no contexto da expansão da lavoura cacaueteira em Ilhéus, naquele local foi definitivamente aberto o “Canal do Itaípe”, o que viabilizou o trânsito das amêndoas pelo antigo caminho fluvial que integrava a zona do Almada ao porto marítimo de Ilhéus (Campos, 2006, p. 383). Camurupins, por sua vez, designa uma espécie de peixe de grande porte, que se salgava ao modo de bacalhau.

Temos então que as fronteiras da ocupação colonial da vila de Ilhéus localizavam-se em lugares ocupados pelos povos originários desde tempos imemoriais, como o travessão do rio Santana e seus arredores, e o estreito entre os rios Taípe e Esperança, onde estavam a aldeia de Tucanagoura e o engenho de Lucas Giralde (engenho do Taípe).

Figura 5- Assentamentos coloniais



Fonte: elaboração própria

Conclusões

A análise das informações obtidas por meio das fontes historiográficas e arqueológicas em conjunto com o SIG permitiu reunir grande número de informações a respeito dos espaços ocupados, traçando um panorama consistente da região estudada.

O trabalho desenvolvido até o momento sugere que as populações caçadoras e coletoras do período pré-colonial ocupam as áreas planas da região, próximas às margens arenosas do rio Almada, sujeitas a processos erosivos intensos. No caso das populações agricultoras associadas

às populações Tupiguarani e Aratu, temos, conforme expresso anteriormente, coincidências na forma de implantação de ambas as ocupações. Ao buscarmos a planta-base fornecida pelo SIG, vemos que a principal delas é que ambas as ocupações ocupam as áreas planas nos topos das falésias com solos de boa fertilidade, próximos aos grandes cursos de água da região e, principalmente, locais que, além dessas características, possibilitam uma visão plena do Oceano Atlântico.

No caso da ocupação colonial dos séculos XVI e XVII, vemos que os primeiros núcleos de povoamento estão próximos a cursos de água e a pequenas nascentes e, de preferência, com relevo que permita a defesa, como os altos de colinas, revelando uma recorrência no uso desses espaços desde o período pré-colonial. No entanto, agora os motivos são outros. Por um lado, temos o fator defensivo orientando a escolha do sítio da vila no outeiro de São Sebastião para a implantação da primeira vila. O sítio era tanto um ponto de melhor defesa contra as populações indígenas hostis quanto contra os navegadores europeus que transitavam pelas costas brasileiras. Dessa maneira, consolidava-se ali a estrutura urbana conhecida como “cidade alta - cidade baixa”, padrão adotado nas primeiras vilas e cidades erguidas pelos portugueses no período colonial (Dias, Oliveira e Andrade, 2019).

Nas proximidades da vila, também em um elevado – atual Alto da Piedade – foi erguida a igreja de Nossa Senhora da Vitória, à qual a crônica histórica aponta como uma espécie de baluarte, onde a população da vila se abrigava em ocasiões de ameaça estrangeira, como ocorreu em 1595, com a chegada de corsários franceses (Campos, 2006, p. 139-141).

Havia, pelo que as fontes sugerem, dois desembarcadouros: um dentro da baía do Pontal, aos pés da vila, lugar denominado nos testemunhos como a “Alfândega Velha”; outro, no local do atual porto do Malhado, o qual aparece nos mapas antigos com o nome de desembarcadouro de Tambepe (Figuras 3 e 4) (Dias, Alencar e Andrade, 2019).

A entrada da barra era defensável, exigindo para isso a instalação de fortins no Morro de Pernambuco e na base do Outeiro da vila.

No caso dos engenhos, veem-se indícios de uma ocupação orientada pela presença de travessões nos rios estudados, bancos de rochas que limitam a navegação fluvial.¹² Os locais com travessões seriam potenciais indicadores de implantação dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar, os quais requeriam um rio ou um ribeiro para a movimentação das rodas e para o escoamento da produção, não podendo estar muito distantes do porto marítimo. O loteamento de três rios com estas características, cada um para um engenho, deixava uma boa margem de terras e matas para cada um. Os engenhos não distavam mais que 12 quilômetros da vila (aproximadamente 2 léguas).

Um cordão de aldeias autônomas se estendia na costa ao sul da vila. Após o conflito de 1559 (Batalha dos Nadadores), teve início, efetivamente, o sistema de aldeamentos, à frente do qual estariam os missionários inicianos. O primeiro aldeamento jesuítico foi implantado ao sul da baía do Pontal, próximo a uma elevação que se destaca na paisagem no delta de Ilhéus, conhecida como “Morro do Pernambuco”.

Com a diminuição da “gente da terra”, indígenas Potiguar e outros “do sertão”, nomeados genericamente de tapuias ou Aimoré, foram descidos e/ou “pacificados” e instalados nas aldeias do Posto Maria Jape, dando, assim, sustentação ao engenho mais poderoso da vila, o Santana, do Conde de Linhares. O Engenho de Santana fica exatamente no primeiro travessão a montante do rio Santana, estabelecendo seu limite de navegação a partir da foz.

Na fronteira norte, como estratégia de defesa, mas também como reserva de mão de obra para os engenhos de Esperança, São Francisco e do Taípe, foi estabelecida a

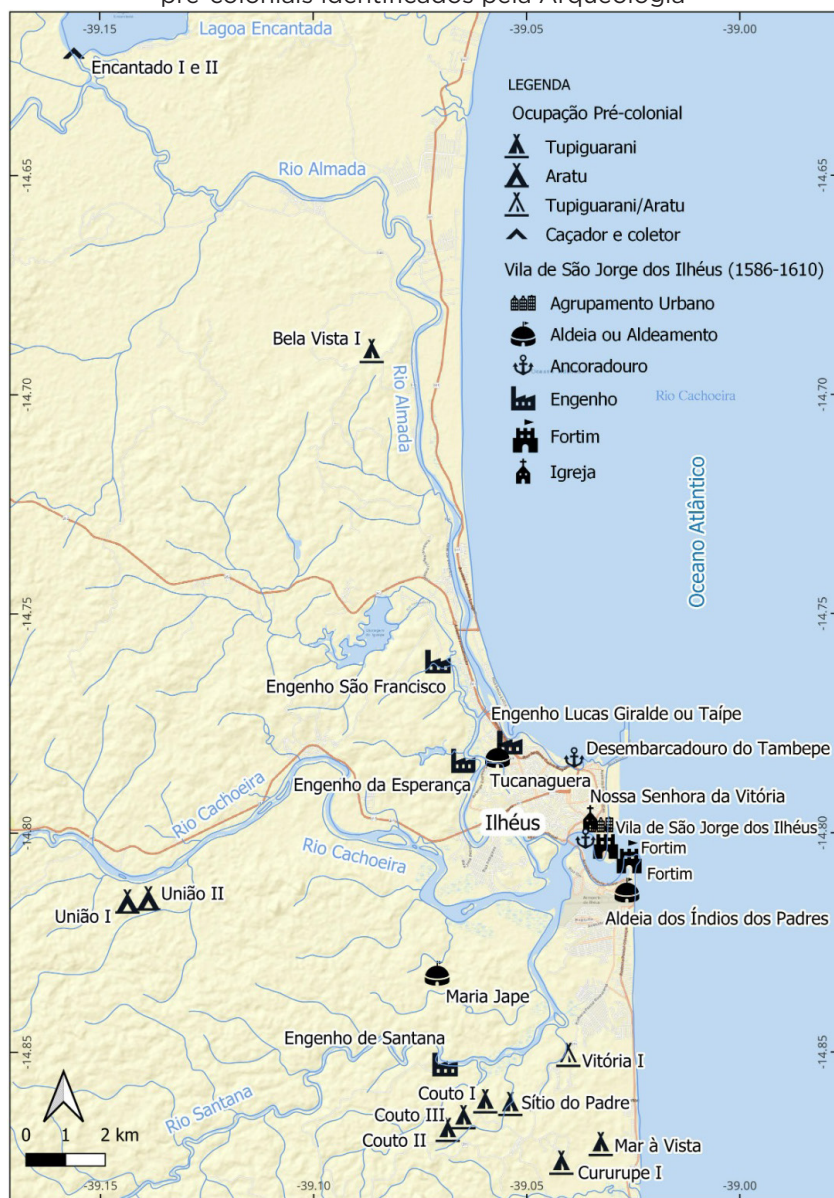
¹² No Brasil dá-se o nome de travessão a um afloramento rochoso transversal ao leito do rio que dificulta ou impede a livre navegação e, ao mesmo tempo, pode permitir a sua travessia a pé.

aldeia Tupi de Tucanagoura ou Tucanaguera. As fronteiras da ocupação colonial estavam, portanto, na distância de duas léguas (12 quilômetros aproximadamente) a partir da vila, tanto para o norte e o sul quanto para o sertão. Esse limite para a efetiva ocupação não se colocava para a exploração de recursos florestais, a exemplo do pau-brasil, que era retirado nas margens dos rios Patipe (Parado), de Contas e do Cachoeira (Dias, 2016).

A Figura 6 constitui-se uma síntese cartográfica dos assentamentos pré-coloniais e coloniais da vila de Ilhéus, revelando as correlações espaciais e as possíveis articulações entre eles. Portanto, este estudo demonstra que a organização do espaço no território da antiga vila de Ilhéus obedeceu aos imperativos do desígnio colonial (comércio atlântico, plantation etc.) e aos modelos urbanos de matriz portuguesa, sobretudo o de cidade alta e cidade baixa, tão comuns na primeira rede urbana da América portuguesa. No entanto, sua morfologia também foi irradiada a partir das experiências nativas que sinalizaram os nichos ecológicos de sustentabilidade com base em suas ocupações pregressas, assim como pelas diversas formas de interações que os grupos indígenas mantiveram com os colonizadores.

É precisamente nesse ponto que a noção braudeliana de longa duração confere inteligibilidade histórica ao processo analisado, ao revelar que a configuração territorial de Ilhéus não se inscreve na superfície a partir do evento da colonização, mas se assenta sobre estruturas materiais e ambientais de permanência secular. Sob essa ótica, as escolhas coloniais expressam a sobreposição de uma nova camada histórica a um substrato territorial já modelado por sucessivas experiências humanas anteriores à invasão europeia. Assim, a morfologia da vila de São Jorge de Ilhéus emerge como um palimpsesto no qual se articulam em diferentes temporalidades os imperativos do desígnio colonial e as heranças materiais de uma longa história de ocupação do território, cujas lógicas de apropriação do meio físico em grande medida antecederam e condicionaram a própria empresa colonizadora.

Figura 6 - Núcleo urbano de Ilhéus e seu entorno (séculos XVI-XVII) - incluindo os assentamentos pré-coloniais identificados pela Arqueologia



Fonte: elaboração própria

Referências

- Araújo, G. S. (2013). *Mapeamento arqueológico na Bacia do Rio Cachoeira: Um estudo de arqueologia regional, Ilhéus, Bahia* (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em História). Universidade Estadual de Santa Cruz.
- Barbosa, E. P. (2000). *Mapeamento de sítios arqueológicos de Ilhéus* (Relatório de pesquisa). UESC/DFCH.
- Barbosa, E. P. (2003). *Localização, identificação e registro de sítios arqueológicos de Ilhéus* (Relatório de pesquisa). UESC/DFCH.
- Braudel, F. (1978). *Escritos sobre a história*. Perspectiva.
- Brito, K. B. (2013). *Mapeamento arqueológico na Bacia do Rio Almada: Um estudo de arqueologia regional, Ilhéus, Bahia* (Iniciação Científica). Universidade Estadual de Santa Cruz; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Calderón, V. (1969). A fase Aratu no recôncavo e litoral norte do estado da Bahia. *Publicações Avulsas do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, 13, 161-172.
- Calderón, V. (1971). Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do estado da Bahia. *Publicações Avulsas do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, 15, 163-178.
- Calderón, V. (1974). Contribuição para o conhecimento da arqueologia do recôncavo e do sul do estado da Bahia. *Publicações Avulsas do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, 26, 141-156.
- Campos, J. da S. (2006). *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Editus.
- Cardim, F. (1939). *Tratados da terra e gente do Brasil* (B. Caetano, C. de Abreu & R. Garcia, Notas). Companhia Editora Nacional.

Coelho Filho, L. W. (2000). *A Capitania de São Jorge e a década do açúcar (1541-1550)*. Vila Velha.

Dias, E. (1951). Inspeções do capitão e sargento-mor Diogo de Campos Moreno e aventuras do pau-brasil em Ilhéus (com 4 documentos). *Revista do IHGB*, Tomo 11, 10-24.

Dias, M. H. (2011). *Farinha, madeiras e cabotagem: A capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Editus.

Dias, M. H. (2019). *Economia, sociedade e paisagens da Capitania de Ilhéus* (1ª ed.). Editus.

Dias, M. H. (2026). O pau-brasil na Bahia colonial: Zonas de ocorrência, condições de exploração e impactos ambientais. In D. C. Cabral & A. G. Bustamante (Orgs.), *Metamorfoses florestais: Culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica* (pp. 151-175). Prismas.

Dias, M. H., Oliveira, R. A., & Andrade, I. D. (2019). Morfologia urbana da vila colonial de São Jorge dos Ilhéus (séculos XVI a XIX). *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade - UNICAMP*, 11(1), 149-171.

Gandavo, P. de M. (1924). *Tratado da terra do Brasil*. Edição do Anuário do Brasil.

Gianesella, R. (2012). Gêneses urbanas do colonialismo: Síntese de encontros culturais. *Anais do Museu Paulista*, 20(1), 165-200. <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/wDCYHtpWhxHhL7j-TkmKpCct/?lang=pt>

Guedes, M. J. (1968). *Roteiro de todos os sinais da costa do Brasil*. Instituto Nacional do Livro - MEC.

Guedes, M. J. (1999). O descobrimento do Brasil. *Oceanos*, 39, 8-16.

Guerreiro, I. (1999). A revelação da imagem do Brasil. *Oceanos*, 39, 114-126.

Leite, D. (1923). *História geral da colonização portuguesa do Brasil* (Vol. 2). Litografia Nacional.

Lopes, K. M. L. (2023). *O Engenho de Santana em dois tempos (c. 1537 e c. 1730)* (Dissertação de Mestrado). PPGH-UFBA.

Luz, J. T. da (2006). *Mapeamento arqueológico das bacias dos rios Cachoeira e Almada: Um estudo de arqueologia regional* (Iniciação Científica). Universidade Estadual de Santa Cruz; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

Meneses, U. B. (s.d.). *A cultura material e o estudo das sociedades antigas*. <http://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/04/meneses-u-a-cultura-material-no-estudo-das-sociedades-antigas.pdf>

Morales, W. F. (2005). *12.000 anos de ocupação: Um estudo de arqueologia regional na bacia do córrego Água Fria, médio curso do rio Tocantins* (Tese de Doutorado). MAE/USP.

Morales, W. F. (2008). *Brasil Central: 12.000 anos de ocupação no médio curso do Rio Tocantins*. Annablume/ACERVO.

Morales, W. F., & Barbosa, E. (2012). *Mapeamento arqueológico das bacias dos rios Cachoeira e Almada: Um estudo de arqueologia regional – Fase 1 (2009–2011)*. NEPAB/UESC.

Morales, W. F., Dias, M. H., & Gomes, L. R. (2015). História, arqueologia e georreferenciamento na percepção da ocupação territorial da Vila de Ilhéus (Bahia, Brasil): Período pré-colonial ao século XVII. In A. Carrara, W. F. Morales & M. H. Dias (Orgs.), *Paisagens e georreferenciamento: História agrária e arqueologia*. Annablume; NEPAB/UESC.

Moreno, D. de C. (1955). *Livro que dá razão do Estado do Brasil (1612)*. Arquivo Público Estadual.

Pinho, L. (2011). *Os sítios arqueológicos no município de Ilhéus: Um levantamento documental* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Estadual de Santa Cruz.

Ramos, S. M. C. (2016). *Mapeamento arqueológico na Bacia do Rio Almada: Um estudo de arqueologia regional (Fase 2)* (Inicição Científica). Universidade Estadual de Santa Cruz; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

Santos, R. V. O. (2014). *Mapeamento arqueológico na Bacia do Rio Santana: Um estudo de arqueologia regional, Ilhéus, Bahia* (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em História). Universidade Estadual de Santa Cruz.

Sousa, G. S. de. (1987). *Tratado descritivo do Brasil em 1587* (F. A. Varnhagem, Coment.). Companhia Editora Nacional.

Wüst, I. (1983). *Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás: Tentativa de análise espacial* (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP.